Variáveis demográficas versus desonestidade acadêmica nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em ciências contábeis

DOI: 10.4025/enfoque.v41i1.53737

Regina Cardoso Fróes

Mestre em Contabilidade Financeira (FACIC/UFU)
Professora da Universidade Estadual de Montes Claros
(UNIMONTES)

E-mail: regina.froes@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2871-5484>

Denise Mendes da Silva

Doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA-RP/USP)
Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia
(UFU)

E-mail: denise.mendes@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1490-5148>

Recebido em: 17.05.2020

Aceito em: 03.06.2020

2ª versão aceita em: 19.07.2020

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes na pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil relacionadas às variáveis demográficas, como sexo, idade, curso e instituição de vínculo. A coleta de dados ocorreu por meio de dois questionários aplicados aos discentes e docentes da pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis. Utilizou-se a estatística descritiva para análise dos dados demográficos e o teste não paramétrico de Mann-Whitney para comparar as médias entre os dois grupos, compostos por dados demográficos diferentes. Este estudo contribui com a literatura, pois fomenta a discussão da desonestidade acadêmica no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, bem como pode incentivar as universidades a buscarem alternativas para a redução dos comportamentos desonestos. Os achados deste estudo indicam que as variáveis demográficas analisadas podem não exercer influência sobre a avaliação da desonestidade acadêmica pelos discentes e docentes da pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil participantes da pesquisa. No entanto, há indícios de que tais variáveis podem influenciar a avaliação de certos comportamentos academicamente desonestos, como: (i) similaridades em pesquisas, para os docentes, o sexo (ao nível de 10%) e para os discentes, o curso; (ii) plágio, as variáveis idade e instituição; e (iii) fraude/cola, a variável instituição, ambas situações para os discentes. A explicação provável para estes resultados é que existem outras variáveis que podem estar mais relacionadas às práticas desonestas, como por exemplo, tempo disponível para estudos e pressão por publicações, sendo que esta última pode alcançar discentes ou docentes.

Palavras-chave: Desonestidade acadêmica. Variáveis demográficas. Contabilidade.

Demographic Variables versus Academic Dishonesty in Stricto Sensu Postgraduate Courses in Accounting

ABSTRACT

This study aimed to analyze the differences in the evaluation of academic dishonesty by students and teachers in the *stricto sensu* postgraduate courses in Accounting in Brazil related to demographic variables, such as sex, age, course and institution of employment. Data collection took place through two questionnaires applied to students and teachers of the *stricto sensu* graduate course in Accounting. Descriptive statistics were used to analyze demographic data and the Mann-Whitney non-parametric test to compare the means between the two groups, composed of different demographic data. This study contributes to the literature, as it encourages the discussion of academic dishonesty in the ambit of the *stricto sensu* postgraduate program, as well as it can encourage universities to seek alternatives to reduce dishonest behaviors. The findings of this study indicate that the demographic variables analyzed may not have an influence on the evaluation of academic dishonesty by students and teachers of the

stricto sensu postgraduate courses in Accounting in Brazil participating in the research. However, there are indications that such variables may influence the evaluation of certain academically dishonest behaviors, such as: (i) similarities in research, for teachers, sex (at the level of 10%) and for students, the course; (ii) plagiarism, the variables age and institution; and (iii) fraud / cheating, the institution variable, both situations for students. The probable explanation for these results is that there are other variables that may be more related to dishonest practices, such as, time available for studies and pressure for publications, the latter being able to reach students or teachers.

Keywords: Academic dishonesty. Demographic variables. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

A desonestidade acadêmica tem despertado o interesse de pesquisadores, administradores e comunidade acadêmica (MCCABE; TREVINO, 1993; SIMON et al., 2004), devido à sua influência na formação acadêmica e impacto no exercício profissional, o qual pode ser comprometido pela qualificação e conduta ética questionáveis (MATOS et al., 2018; PIMENTA, 2010; SOUSA et al., 2016; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014). Para Pimenta (2010), a desonestidade acadêmica impacta na qualidade da formação dos profissionais, na produção científica e tecnológica, na competitividade das empresas, na geração de empregos e na vida das pessoas. Da mesma forma, Sousa et al. (2016) ressaltam a importância da discussão sobre o tema no âmbito acadêmico, na perspectiva de que as lições aprendidas pelo aluno no campo moral perdurarão em sua vida profissional.

A desonestidade acadêmica engloba comportamentos como: fraude e cola, fabricar informações, facilitar a prática da desonestidade acadêmica em provas e trabalhos e plagiar, (PAVELA, 1978, 1997). A maioria das pesquisas sobre desonestidade acadêmica trata de fraude ou plágio e de fatores como sexo, idade, nível de escolaridade e formação cultural associados à conduta desonesta no ambiente educacional (STOEZ; YUDINTSEVA, 2018).

Estudos anteriores sobre desonestidade acadêmica utilizaram o sexo e a idade como variáveis explicativas ou de controle para comportamentos desonestos, por entenderem que características individuais são capazes de diferenciar os comportamentos de homens e mulheres. Nessa perspectiva, Tibbetts (1999), Simon et al. (2004), Molnar e Kletke (2012) e

Molnar (2015) relataram a influência do sexo na desonestidade acadêmica, indicando que as mulheres, por vergonha, por exemplo, tendem a não realizar práticas desonestas ou mesmo denunciam mais comumente tais comportamentos. Por outro lado, Kisamore, Stone e Jawahar (2007) e Matos et al. (2018) não verificaram influência do sexo mas sim, da idade, ao passo que Oliveira et al. (2014) e Moura (2018) não encontraram interferência dessas variáveis sobre a desonestidade acadêmica. Em outra linha, Nejati, Ismail e Shafaei (2011) e Gallant, Binkin e Donohue (2015) identificaram que o curso no qual o discente esteja vinculado (área ou nível de formação) pode afetar os comportamentos acadêmicos em relação à prática da desonestidade, assim como o tipo de instituição de ensino frequentada (se pública ou privada), como observaram Brown e Choong (2003) e Molnar e Kletke (2012).

O contexto desses estudos anteriores é, predominantemente, de cursos de graduação, o que pode denotar pouca investigação da desonestidade acadêmica no âmbito da pós-graduação, notadamente, *stricto sensu*. Observa-se, portanto, uma lacuna na literatura correlata, uma vez que, no nível de formação de mestrado e doutorado a preocupação com a desonestidade acadêmica deveria ser, até mesmo, maior, visto que muitos egressos desses cursos podem ser formadores de outros profissionais, atuando como docentes.

Entende-se que as percepções dos discentes e docentes da pós-graduação podem divergir das percepções desses atores na graduação no que se refere à desonestidade acadêmica, tendo em vista que muitos alunos de mestrado e doutorado já são ou serão docentes. Considerando-se, também, que a maior parte dos estudos relativos

a essa temática são internacionais e, ainda, o crescimento acelerado dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil nos últimos anos (CAPES, 2018), não se pode negligenciar pesquisas que busquem encontrar explicações ou fatores determinantes para a desonestidade acadêmica nesse nível de formação em contabilidade no Brasil.

Assim, com o intuito de buscar respostas na área apresentada, tem-se o seguinte questionamento: Qual a influência das variáveis demográficas na avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes na pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil? O objetivo da pesquisa é analisar as diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes na pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis relacionadas às variáveis demográficas.

Este estudo se justifica por considerar que, para combater condutas desonestas na pós-graduação *stricto sensu*, é necessário que se identifique quais variáveis interferem na prática da desonestidade acadêmica, o que poderá auxiliar as instituições de ensino no início desse processo. A pós-graduação *stricto sensu* é responsável pela introdução de novos docentes no mercado de trabalho e, de acordo com Krokosz (2011), as condutas desonestas são incompatíveis com o ambiente universitário.

O estudo na área de Ciências Contábeis é relevante, pois demanda profissionais éticos, visto que, no ambiente profissional, podem enfrentar dilemas que necessitam de uma base sólida de princípios ilibados. Outro aspecto relevante é que a pesquisa sobre o tema, no Brasil, ainda é incipiente. Um dos poucos estudos na pós-graduação é o de Ferreira et al. (2013), que analisaram a pós-graduação em todas as áreas da USP (Universidade de São Paulo) e descobriram que a desonestidade acadêmica está relacionada à obtenção de melhores resultados na percepção dos discentes.

Ressalte-se que o presente estudo analisa se as variáveis sexo, idade, nível de formação do curso da pós-graduação (mestrado ou doutorado) e categoria administrativa da instituição de ensino

de vínculo (pública ou privada) interferem na avaliação da desonestidade acadêmica. Estes resultados podem contribuir para a discussão no âmbito acadêmico, bem como incentivar as universidades a buscarem alternativas para a redução dos comportamentos desonestos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DESONESTIDADE ACADÊMICA

Para Pavela (1997), a desonestidade acadêmica engloba atitudes como: enganar (fraude e cola) que é o uso intencional de materiais não autorizados em atividades acadêmicas; fabricar informações, que é a falsificação ou invenção intencional e não autorizada de informação ou citação; facilitar a prática da desonestidade acadêmica (em provas e trabalhos); e plagiar, que é o uso intencional de palavras ou ideias de outra pessoa como se fossem suas. Molnar (2015) define desonestidade acadêmica, baseado no código de integridade da universidade de sua pesquisa, como qualquer violação contrária à integridade acadêmica, que engloba utilização de tecnologia que envolva ou não a internet para cometer violações à conduta ética; plágio de qualquer tipo; comprar informações manuscritas ou de um computador para usá-las sem autorização; copiar tarefas ou concluí-las em sala; e obter respostas de um teste, obter uma música, ou um software de forma ilegal.

No âmbito da pós-graduação uma das formas de desonestidade acadêmica que tende a ser mais presente é o plágio, devido aos sistemas de avaliação utilizados nos programas e cursos, que focam mais trabalhos em formato de seminários, relatórios, resenhas, ensaios ou artigos, sejam individuais ou em grupos, do que provas e testes realizados tradicionalmente, que podem favorecer a prática da cola. Além disso, há uma pressão por publicações nesse nível de formação, tanto para efeitos de avaliação dos programas (maior pontuação) quanto para se destacar no meio acadêmico (ter status). De acordo Torresi, Pardini e Ferreira (2009) a fraude na ciência é impulsionada pelo interesse dos pesquisadores em publicar mais artigos e obter recursos para a pesquisa.

Silva (2008) considera três classificações para o plágio: i) integral, que é o uso do texto completo sem citar a fonte; ii) parcial, que é a utilização de frases ou parágrafos de fontes diferentes; e iii) conceitual, que corresponde ao uso da ideia, conceitos ou a teoria de outro autor como se fosse sua. Sanchez e Innarelli (2012) afirmam que a academia tem reconhecido diversos tipos de plágio, por exemplo: a) o autoplágio, que é não referenciar a utilização, pelo autor, do seu próprio texto; b) a autoria fantasma, que correspondente à inclusão de autores que efetivamente não exerceram contribuição ao estudo; c) os plágios literários, que ocorrem quando utilizam-se textos substituindo palavras; e, d) o plágio de conteúdo, que é o uso de ideias do autor original sem lhe dar os créditos.

O plágio é incompatível com o ambiente universitário, sendo este um local de construção contínua de conhecimento (KROKOSZ, 2011). O plágio evolui, principalmente, pelo avanço da capacidade computacional, facilitando o acesso aos conteúdos antes restritos, além de maior domínio da tecnologia pelos discentes, o que potencializa a sua utilização (SANCHEZ; INNARELLI, 2012).

Uma preocupação a ser considerada na discussão nas universidades é a banalização da desonestidade acadêmica. Para Pimenta (2010), uma das implicações da prática da cola é que tem se tornado comum a utilização da fraude, vista por alguns profissionais e estudantes como uma vantagem, uma forma de solucionar os problemas da vida social e profissional (PIMENTA, 2010). Identificar possíveis variáveis que influenciam ou que estejam relacionadas à desonestidade acadêmica pode ser um caminho para diminuir ou eliminar essa conduta. Alguns estudos analisaram as implicações de variáveis como sexo, idade, curso e/ou instituição de vínculo na prática ou na percepção da desonestidade acadêmica por discentes e docentes, o que pode ser visto na sequência.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES E HIPÓTESES DA PESQUISA

Estudos anteriores sobre desonestidade acadêmica utilizaram o sexo como variável

explicativa ou de controle, por entenderem que o sexo possui características individuais e restrições internas capazes de diferenciar significativamente os comportamentos de homens e mulheres (MOLNAR, 2015). Como exemplo das restrições internas têm-se o baixo controle para os homens e a vergonha para as mulheres, na intenção de praticar comportamentos desonestos (TIBBETTS, 1999). A pesquisa de Molnar e Kletke (2012) demonstrou que as alunas consideravam menos aceitáveis os comportamentos desonestos na academia que os alunos.

Tibbetts e Herz (1996) identificaram que existem diferenças significativas nas pontuações médias para homens e mulheres nas explicações de comportamentos ofensivos. Da mesma forma, Tibbetts (1999) demonstrou que o sexo masculino apresentou níveis mais altos de baixo autocontrole e intenções de cometer fraudes. Por outro lado, o sexo feminino apresentou índices mais altos de vergonha, percepção de sanções externas e Grade Point Average (GPA) ou “média de notas”, pressupondo que as mulheres tendem a ser guiadas por crenças morais mais do que os homens.

Na busca por um preditor que revele ser mais forte para relatar casos de desonestidade acadêmica, Simon et al. (2004) identificaram que o sexo é um forte preditor. Os resultados do estudo desses autores indicaram que as mulheres estavam mais dispostas que os homens a relatarem casos de desonestidade acadêmica, denotando que o sexo pode impactar na avaliação da desonestidade acadêmica.

Embora estudos indiquem que o sexo pode influenciar na avaliação da desonestidade acadêmica, Kisamore, Stone e Jawahar (2007) encontraram resultado inconsistente com a literatura, pois o sexo não estava relacionado à suspeita de má conduta. Entretanto, os autores justificaram que o resultado pode ter sido impactado pela retirada de questionários com respostas padronizadas, considerando que os questionários retirados eram de participantes do sexo masculino. No Brasil, Oliveira et al. (2014) também não identificaram diferenças em relação à percepção da desonestidade acadêmica comparativamente ao sexo, o que corrobora o

estudo de Kisamore, Stone e Jawahar (2007).

Nessa mesma linha de raciocínio, Matos et al. (2018) demonstraram resultados que podem indicar que a variável sexo não apresenta diferenças significativas que confirmem percepções divergentes sobre a desonestidade acadêmica entre homens e mulheres. Corroborando com a pesquisa de Matos et al. (2018) o estudo de Moura (2018) não apresentou resultados estatisticamente significantes para a probabilidade de interferência do sexo para a desonestidade acadêmica, ou seja, o resultado sugere que o sexo não interfere na variação da probabilidade da prática de comportamentos desonestos.

Diante da literatura apresentada e considerando os resultados contraditórios de que o sexo pode interferir nas avaliações sobre a desonestidade acadêmica, em função de características próprias do sexo masculino e feminino, tem-se as primeiras hipóteses da pesquisa:

H1a: Discentes do sexo feminino avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que discentes do sexo masculino.

H1b: Docentes do sexo feminino avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que docentes do sexo masculino.

Kisamore, Stone e Jawahar (2007) identificaram que a idade está relacionada com três fatores dos quatros avaliados em seu estudo (frequência, suspeita, consideração e relato de situações de fraude), ou seja, os alunos mais velhos estavam menos propensos a suspeitar da fraude ou a considerar a má conduta, porém estavam mais propensos a relatar situações de fraude cometidas por outros. Por sua vez, Matos et al. (2018) evidenciaram que alunos com menos de 25 anos tendem a acreditar menos que os de maior idade que a vigilância eletrônica reduzirá práticas desonestas. De outro modo, os alunos com mais de 25 anos tendem a acreditar que a alta carga de trabalho justifica a prática de desonestidade acadêmica. Esses resultados denotam uma diferença nas percepções da desonestidade em função da idade. Contrariamente a Matos et al. (2018), os estudos de Oliveira et al. (2014) e

Moura (2018) não encontraram resultados estatisticamente diferentes em relação à interferência da idade na percepção da desonestidade acadêmica no ambiente universitário ou profissional.

Considerando os estudos relacionados e a possibilidade da existência de diferenças na avaliação sobre a desonestidade acadêmica em função da idade, formula-se as seguintes hipóteses:

H2a: Discentes com maior idade avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que discentes com menor idade.

H2b: Docentes com maior idade avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que docentes com menor idade.

Gallant, Binkin e Donohue (2015) indicaram que discentes do sexo masculino dos cursos de economia, ciência da computação e engenharia têm média de notas mais baixas e maior probabilidade de serem denunciados pela desonestidade acadêmica do que estudantes de outros cursos, denotando uma possível implicação do curso nas percepções de comportamentos desonestos. Em uma perspectiva semelhante, Nejati, Ismail e Shafaei (2011) investigaram 238 estudantes do Egito e buscaram identificar a preocupação dos mesmos com a publicação ética, a prática do plágio e a justificativa para a sua utilização. Os resultados encontrados por estes últimos autores demonstraram que, embora o sexo não tenha um efeito significativo nas intenções de envolvimento em questões antiéticas, o nível de estudo interfere parcialmente nessas intenções. Dessa forma, os autores encontraram diferenças significativas na preocupação com a publicação ética e com a prática do plágio entre os estudantes com diferentes níveis de estudo (graduação, mestrado e doutorado), pois, quanto maior o nível de estudo, maior a preocupação, demonstrando que, apesar do aluno de doutorado ser mais preocupado com questões éticas, a exposição e a proximidade ao plágio o torna mais vulnerável a um comportamento antiético.

Considerando que discentes de pós-graduação,

no mestrado e doutorado, possam ter posicionamentos diferentes na avaliação da desonestidade acadêmica, principalmente relacionada ao plágio, autoplágio e similaridades em pesquisa, tem-se a terceira hipótese:

H3: Discentes do doutorado avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que discentes do mestrado.

Buscando respostas sobre as variáveis que podem influenciar as avaliações da desonestidade acadêmica, Brown e Choong (2003) analisaram entre as IES (Instituições de Ensino Superior) públicas e privadas, a participação dos alunos em dezesseis práticas desonestas, considerando a frequência da participação em cada prática, os níveis de envolvimento dos estudantes, a classificação das práticas (mais ou menos éticas), a probabilidade e as razões para participação e o tipo de alunos (sexo e GPA). As variáveis foram avaliadas em duas instituições de ensino, das quais foram respondidos 231 questionários da IES pública e 252 da particular (menor e religiosa). De acordo com os autores, o esperado era que os alunos da IES particular e religiosa se envolvessem em menos situações antiéticas, contudo o resultado não demonstrou diferença entre as instituições. Os níveis éticos e taxas de participação foram quase os mesmos nas duas universidades.

Nessa mesma linha, Molnar e Kletke (2012) consideraram que o tipo de instituição de ensino pode afetar a aceitação dos alunos em relação à desonestidade acadêmica. O resultado desse estudo indicou que condutas desonestas eram menos aceitáveis para os estudantes da instituição menor, religiosa e privada, que para os estudantes da instituição maior e pública. Posteriormente, Molnar (2015) realizou um estudo cujo objetivo foi determinar se houve mudança nas percepções dos alunos sobre a desonestidade acadêmica nos últimos nove anos (2005 a 2013). O estudo não confrontou a avaliação dos alunos da instituição pública com os alunos da instituição privada, mas comparou os resultados de uma pesquisa anterior (2005-2008) com os resultados da pesquisa atual (2009-2013), para avaliar se os estudantes da pesquisa atual considerariam a desonestidade acadêmica menos

aceitável que os estudantes da pesquisa anterior em uma instituição pequena, religiosa e privada, bem como em uma instituição grande e pública. Os resultados indicaram que houve uma redução na aceitação da desonestidade acadêmica dos estudantes da pesquisa atual em relação aos estudantes da pesquisa anterior nos dois tipos de instituições.

Por fim, considerando as pesquisas mencionadas que investigaram se o tipo de instituição de ensino pode afetar as avaliações da desonestidade acadêmica, elabora-se as últimas hipóteses:

H4a: Discentes vinculados a instituições de ensino superior públicas avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que discentes das instituições de ensino superior privadas.

H4b: Docentes vinculados a instituições de ensino superior públicas avaliam as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que docentes das instituições de ensino superior privadas.

Na sequência são apresentados os procedimentos necessários para condução da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem metodológica empirista e quantitativa. Trata-se de um levantamento, que utiliza como instrumento de coleta de dados dois questionários, adaptados do estudo de Braun e Stallworth (2009) e Oliveira Neto e Chacarolli Júnior (2013). Os questionários contemplam situações que envolvem comportamentos claramente honestos, desonestos e casos cinzentos, ou seja, que não são claramente honestos ou desonestos, e foram aplicados a discentes e docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil.

O questionário original de Braun e Stallworth

(2009) é composto por quatro situações que contemplam dois casos cada (1A, 1B, 2A, 2B, 3A, 3B, 4A e 4B), que foram complementados, na adaptação, pela criação dos casos que evidenciam as situações de fabricação de informações, referências ou resultados (5A e 5B) e similaridades em pesquisas (6A e 6B), utilizando a categorização de desonestidade acadêmica proposta por Fróes (2020), conforme demonstrado no Quadro 1.

Para avaliação das situações descritas quanto à desonestidade foi utilizada uma escala contínua, cuja variação é de zero (comportamentos academicamente honestos) a dez (comportamentos desonestos), conforme Fróes (2020). A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP).

Para testar a confiabilidade do instrumento, de forma que o mesmo conseguisse atender ao problema de pesquisa, calculou-se o Coeficiente Alfa de Cronbach (α), após as adaptações sugeridas pelos discentes e docentes no pré-teste. Ao terminar o pré-teste, foi calculado o referido coeficiente, cujo resultado foi de $\alpha = 0,95$ para o questionário dos discentes e $\alpha = 0,85$ para o questionário dos docentes. O coeficiente demonstra a confiabilidade do instrumento, pois conforme Matthiensen (2011), quanto mais próximo de 1 for o alfa, maior será a confiabilidade dos indicadores presentes naquele instrumento. Para possibilitar a coleta dos dados, os questionários foram submetidos na plataforma *Google Docs*.

3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

De acordo com o último levantamento disponível no portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) na época de realização desta pesquisa (janeiro a junho de 2019) existiam, em 2017 no Brasil, 35 programas de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos em 50 cursos, sendo 30 mestrados acadêmicos, 5 mestrados profissionais e 15 doutorados. Com isso, a população estimada para essa pesquisa foi de 860 discentes (foram considerados 20 alunos ativos em cada turma de mestrado e 10 alunos ativos em cada turma de doutorado). A população de professores foi

de 502 docentes (CAPES, 2018). Após a aplicação dos questionários, obteve-se uma amostra de 86 discentes (10% da população estimada) e 48 docentes (9,6% da população). Logo, há uma limitação relacionada ao tamanho da amostra, o que impossibilita fazer generalização dos resultados.

Para coletar os dados, primeiramente localizou-se os contatos (e-mails) dos docentes por meio dos portais eletrônicos das IES que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciências Contábeis, sendo que os questionários foram encaminhados diretamente a eles. Aos discentes, os questionários foram encaminhados por solicitação aos coordenadores de cada programa, cujos contatos (e-mails) também foram obtidos nos portais eletrônicos das IES.

Estipulou-se o período de 12/05 a 15/07/2019, para coleta dos dados junto aos discentes, e, para os docentes, o período de 02/06 a 15/07/2019. Foram necessários apelos adicionais na obtenção das respostas, encaminhados via e-mail, para estimular os participantes a responderem os questionários.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a análise de dados, foram utilizadas técnicas estatísticas alinhadas às hipóteses propostas, conforme segue:

- a) A estatística descritiva foi utilizada para avaliar os dados demográficos como sexo, idade, curso de vínculo dos discentes (mestrado ou doutorado) e tipo de vínculo institucional (IES pública ou privada).
- b) Os dados acerca das percepções sobre a desonestidade acadêmica foram submetidos a análises estatísticas, sendo as hipóteses testadas por meio de testes não paramétricos, como o teste de Mann-Whitney, para analisar, dentro de cada grupo de discentes e docentes, se as médias divergem de acordo com as características demográficas. Os resultados encontrados são apresentados na sequência.

Quadro 1 - Comportamentos apresentados no questionário.

Categoria Fraude/Cola	
Situação 1A – caso cinzento - Catarina e Jonas estudam na disciplina de custos em horários diferentes. Eles perceberam que as provas aplicadas foram similares e, após a segunda prova, se encontraram e discutiram as questões do teste. Agora Jonas está mais preparado para a prova.	Situação 1B – caso desonesto - Antônia e Anderson estudam a mesma disciplina em horários diferentes. Eles perceberam que as provas aplicadas foram similares. Após a segunda prova, Antônia copia as questões/respostas e entrega a Anderson. Agora ele está mais preparado para a prova
Categoria Auxílio a outros estudantes na prática de desonestidade acadêmica	
O Prof. Jeferson pediu a seus alunos que realizassem um trabalho escrito. Ele informou que poderia ser individual ou em grupos. Explicou ainda, que todos do grupo deveriam entender todo o conteúdo do trabalho.	
Situação 2A – caso desonesto - Rafael formou um grupo com dois colegas. Devido a horários conflitantes, o grupo não conseguia se reunir. Rafael praticamente fez todo o trabalho sozinho. Rafael distribuiu o trabalho final aos colegas do grupo para sugerirem modificações. Eles não sugeriram alterações. Rafael colocou o seu nome e dos dois colegas e entregou o trabalho.	Situação 2B – caso cinzento - Roberta formou um grupo com dois colegas e dividiu o trabalho entre os três. Quando cada um desenvolvia sua parte, ocorria um encontro para expor o que havia feito e para troca ideias e sugestões entre todos do grupo. Na reunião final, com o trabalho resultante da combinação das partes que cada um elaborou, Roberta preparou a capa e entregou o trabalho ao professor.
Categoria Plágio	
Henrique e Paula eram alunos da disciplina de Ética e estavam fazendo uma revisão bibliográfica enfocando a ética profissional. Ambos encontraram o seguinte trecho de um artigo: Lisboa et al. (1997), tratando da ética profissional, apresentam um conjunto de elementos que devem estar inseridos nas ações dos profissionais em contabilidade, materializados no código da profissão, que envolve questões de obediência às regras da sociedade, ao servir com lealdade e diligência, e ao respeito próprio. Para os autores, são quatro os preceitos mínimos a serem considerados no exercício profissional e num consequente manual de conduta: a) competência; b) sigilo; c) integridade e d) objetividade. Fonte: BORGES, Erivan; MEDEIROS, Carlos. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações junto aos contabilistas. Revista Contabilidade e Finanças , v. 18, n. 44, p. 60-71, ago. 2007.	
Situação 3A – caso desonesto - Henrique escreveu: Quando se fala em ética dentro da contabilidade, um conjunto de elementos deve estar inserido nas ações dos contadores, traduzido no código de ética da profissão, que engloba questões de respeito às regras da sociedade, ao servir com lealdade e presteza, e ao respeito próprio. Pode-se dizer que são quatro os preceitos mínimos a serem observados no exercício profissional e num consequente manual de conduta: a) competência; b) sigilo; c) integridade e d) objetividade.	Situação 3B – caso honesto - O parágrafo seguinte foi retirado do artigo escrito por Paula: De acordo com Lisboa et al. (1997) apud Borges e Medeiros (2007, pag. 61), o código de ética profissional deve traduzir uma conduta correta e socialmente esperada dos profissionais em contabilidade. Para que isso ocorra, segundo os autores, deve-se levar em consideração os preceitos mínimos de competência, sigilo, integridade e objetividade a serem observados no exercício profissional e nos manuais de conduta.
O Prof. Jeferson pediu aos alunos que escrevessem um artigo sobre tema de livre escolha.	
Situação 4B – caso desonesto - Angélica fez o download de um artigo na internet, retirou a autoria, alterou a capa e o título e entregou.	
Categoria Fabricação de informações, referências/ou resultados de um estudo	
O Prof. Jairo orientava dois estudantes da pós-graduação em pesquisas na área de Contabilidade, cada discente com sua própria pesquisa. As seguintes situações descrevem as abordagens adotadas pelos alunos:	
Situação 5A – caso desonesto - João Pedro encontrou dados que levaram a um resultado diferente daqueles vistos na revisão de literatura e com as hipóteses. Ele não relatou nada ao seu orientador e alterou os dados da sua pesquisa para se aproximarem dos resultados da literatura.	Situação 5B – caso honesto - Cinthia também encontrou dados que levaram a um resultado diferente daqueles vistos na literatura. A discente procurou seu orientador, relatando o fato. O professor orientou Cinthia na argumentação que sustentaria os resultados encontrados em sua pesquisa.
Categoria Autoplágio/Similaridades em pesquisa	
O Prof. Jeferson pediu aos alunos que escrevessem um artigo sobre tema de livre escolha.	
Situação 4A – caso cinzento - André selecionou um tema sobre o qual já havia feito um artigo. Utilizou 80% do conteúdo anterior, sem alterações. Escreveu nova seção e modificou ligeiramente a introdução e a conclusão. Ele não comentou com o professor que havia escrito um artigo sobre o tema.	
Em uma disciplina do doutorado Márcia, Carlos e seus colegas precisavam publicar, individualmente, um artigo em um período curto. Veja a seguir as atitudes distintas adotadas pelos colegas:	
Situação 6A – caso cinzento - Márcia fazia mais disciplinas que seus colegas. No mestrado, publicou um artigo sobre Formação do Preço de Venda. Com o tempo limitado, ela usou a introdução e a revisão da literatura da pesquisa anterior, elaborou um novo artigo e o publicou.	Situação 6B – caso honesto - Carlos estava elaborando uma pesquisa qualitativa e já havia escrito um artigo com os dados pesquisados. Na etapa seguinte, encontrou dados que justificaram outro artigo sobre o mesmo tema. O periódico que aceitou o artigo anterior aceitou o novo artigo.

Fonte: Adaptado de Braun e Stallworth (2009) e de Oliveira Neto e Chacarolli Júnior (2013).

4 RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Na Tabela 1 constam os dados demográficos dos participantes da pesquisa (amostra).

Observa-se que a maioria dos discentes é representada pelo sexo feminino, correspondente a 53% (46 respondentes). A idade dos discentes até 35 anos, relativa às duas primeiras faixas

etárias, representa 68,6% dos respondentes. Cabe destacar a faixa etária “mais de 50 anos” com percentual de 7% dos respondentes, que podem ser profissionais que atuam como docentes e resolveram fazer a pós-graduação, ou profissionais que atuavam no mercado e estão em busca de novas oportunidades ou aperfeiçoamento curricular. Quanto ao tipo da IES, 78% dos discentes estão vinculados a programas de pós-graduação em instituições públicas, em sua maioria, no curso de mestrado.

Tabela 1 - Dados demográficos dos discentes e docentes.

Discentes			Docentes		
Característica	Categoria	%	Característica	Categoria	%
Sexo	Feminino	53,5%	Sexo	Masculino	64,6%
	Masculino	46,5%		Feminino	35,4%
Idade	Menos de 30 anos	39,5%	Idade	De 31 a 35 anos	4,2%
	De 30 a 35 anos	29,1%		De 36 a 40 anos	8,3%
	De 36 a 40 anos	11,6%		De 41 a 45 anos	16,7%
	De 41 a 45 anos	12,8%		De 46 a 50 anos	27,0%
	Mais de 50 anos	7,0%		Mais de 50 anos	43,8%
Curso ao qual está vinculado	Doutorado	19,8%	Tipo de IES de vínculo	Pública	81,2%
	Mestrado	80,2%		Privada	16,7%
Tipo de IES de vínculo	Pública	77,9%		Ambas	2,1%
	Privada	22,1%			

Notas: discentes n=86; docentes n=48

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados constantes na Tabela 1 demonstram, também, a predominância na amostra dos docentes do sexo masculino, representando 64,6% dos participantes da pesquisa, o que diverge da amostra discente. Diferentemente dos discentes, a idade dos docentes com maior participação se encontra na faixa etária acima de 46 anos, com quase 71% dos respondentes. As instituições públicas representam a maioria dos vínculos dos docentes (82,4%).

4.2 DESONESTIDADE ACADÊMICA VERSUS DADOS DEMOGRÁFICOS

Na Tabela 2 foram comparadas as notas sobre as situações apresentadas no questionário, atribuídas pelos discentes e docentes, com os dados demográficos de sexo e idade. As variáveis foram submetidas ao teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney, cujo nível de confiança foi de 95%, para comparar se as diferentes características demográficas de discentes e docentes interferem na avaliação da

desonestidade acadêmica em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis. A Tabela 2 está relacionada ao teste das hipóteses H1a, H1b, H2a e H2b.

Não foi identificada, na Tabela 2, diferença estatisticamente significativa na avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes considerando as variáveis sexo e idade, exceto para a situação 3A, na qual a variável idade dos discentes foi significativa, indicando que a avaliação da desonestidade acadêmica dos discentes é diferente, considerando a idade, no caso de plágio. Considerando o nível de significância de 10%, uma diferença significativa apresentada foi na situação 6A, referente a similaridades em pesquisa, o que demonstra que o sexo pode influenciar na avaliação da desonestidade acadêmica pelos docentes.

Desse modo as hipóteses H1a, H1b, H2a e H2b são rejeitadas, ou seja, discentes e docentes do sexo feminino e com maior idade não parecem ser

mais severos na avaliação da desonestidade acadêmica. Contudo, para o caso desonesto de plágio, descrito na situação 3A, e para o caso cinzento de similaridades em pesquisa, ou seja, caso mais dificilmente identificado como honesto ou desonesto, demonstrado na situação 6A, há indícios de que as variáveis demográficas idade e sexo podem influenciar a avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes, respectivamente.

Na hipótese H3 é considerado se a variável curso de pós-graduação (mestrado ou doutorado) exerce influência na avaliação da desonestidade acadêmica pelos discentes. O teste estatístico

indicou a inexistência de diferença na avaliação da desonestidade acadêmica, seja para alunos do mestrado ou do doutorado, considerando-se o nível de confiança de 95%, conforme observado na Tabela 3, o que leva à rejeição da hipótese H3. Em outras palavras, discentes do doutorado não parecem ser mais severos que discentes do mestrado na avaliação da desonestidade acadêmica. Entretanto, ao se atentar para a situação 3A, que explicita um caso de plágio, verifica-se significância estatística ao nível de 10%, a qual pode ser um indício de que, neste caso específico, há possibilidade do curso de pós-graduação influenciar na avaliação da desonestidade acadêmica pelos discentes.

Tabela 2 – Variáveis sexo e idade versus desonestidade acadêmica.

Situação	Sexo						Idade – faixa etária					
	Discente			Docente			Discente			Docente		
	Fem	Masc	p	Fem	Masc	p	até 35	acima 35	p	até 45	acima 45	p
	mediana			mediana			Mediana			mediana		
1-A	3,5	5	0,59	5	5	0,75	4	5	0,83	5	5	0,53
1-B	7	7,75	0,39	8	8	1,00	7	8	0,45	9	8	0,24
2-A	5	5	0,90	6	7	0,55	5	5	0,58	6,5	7	0,86
2-B	0	0	0,58	0	0	0,79	0	0	0,94	0,5	0	0,45
3-A	9	8	0,11	10	10	0,88	9	8	0,05*	10	10	0,86
3-B	0	0	0,25	0	0	0,64	0	0	0,30	0	0	0,82
4-A	8	8	0,78	9	9	0,83	8	8	0,88	9	8	0,95
4-B	10	10	0,80	10	10	0,27	10	10	0,87	10	10	0,90
5-A	10	10	0,18	10	10	0,66	10	10	0,97	10	10	0,31
5-B	0	0	0,50	0	0	0,82	0	0	0,66	0	0	0,80
6-A	5	5	0,81	0	0	0,09**	5,5	5	0,98	8	8	0,80
6-B	0	0	0,93	8,5	8	0,65	0	0	0,63	0	0	0,89

Notas: Discentes fem. n=46, masc. n=40; docentes fem. n=17, masc. n=31. Discentes até 35 anos n=59, acima de 35 anos n=27; docentes até 45 anos n=14, acima de 45 anos n=34; * significante ao nível de 5%; ** significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3 – Variáveis curso de pós-graduação stricto sensu e vínculo institucional versus desonestidade acadêmica.

Situação	Pós-graduação <i>strito sensu</i>			Vínculo institucional					
	Discente		p	Discente		p	Docente		
	Mestrado	Doutorado		Pública	Privada		Pública	Privada	p
	Mediana			Mediana			Mediana		
1-A	4	1	0,45	4	4	0,72	5	4,5	0,64
1-B	7	6	0,23	7,5	5	0,05*	8,2	7	0,60
2-A	5	5	0,39	5	3	0,24	6	7	0,60
2-B	0	0	0,39	0	0	0,68	0	0	0,51
3-A	9	10	0,06**	9	8	0,08**	10	8,5	0,72
3-B	0	0	0,36	0	0	0,67	0	0	0,93
4-A	8	8	0,89	8	7	0,41	9	8,5	0,93
4-B	10	10	0,64	10	10	0,41	10	10	0,99
5-A	10	10	0,13	10	10	0,22	10	10	0,72
5-B	0	0	0,73	0	0	0,68	0	0	0,46
6-A	5	6	0,25	6	5	0,23	8	7,5	0,16
6-B	0	0	0,67	0	0	0,74	0	0	0,91

Notas: *significante ao nível de 5%; **significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda na Tabela 3 são testadas as hipóteses H4a e H4b, a fim de identificar se existem

diferenças na avaliação de discentes e docentes acerca da desonestidade acadêmica

levando-se em conta o tipo de instituição à qual estejam vinculados (pública ou privada). Nesse teste, é possível observar indícios de influência da variável tipo de IES de vínculo em apenas duas situações, ambas claramente desonestas. Na situação 1-B (fraude/cola), houve diferença estatística ao nível de significância de 5% e, na situação 3-A (plágio), houve diferença estatisticamente significativa ao nível de 10%, na avaliação feita pelos discentes. Sendo assim, rejeita-se as hipóteses H4a e H4b, isto é, discentes e docentes vinculados a instituições de ensino superior públicas não parecem avaliar as situações de desonestidade acadêmica de forma mais severa que discentes e docentes de instituições de ensino superior privadas. No entanto, essa conclusão pode não ser válida para a avaliação dos discentes em relação às situações de fraude/cola e plágio, descritas, respectivamente, nas situações 1B e 3A.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apesar das amostras envolverem indivíduos com sexos e idades distintas, pois no caso dos discentes, a maioria é feminina, com faixa etária até 35 anos, e, na amostra dos docentes, existe a predominância do sexo masculino e faixa etária acima de 45 anos, os resultados indicaram a inexistência de diferenças nas avaliações sobre a desonestidade acadêmica, considerando as variáveis sexo e idade. Quanto a essas variáveis, observa-se, na revisão da literatura, duas linhas de estudos: uma que se refere aos estudos cujos resultados apresentaram diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica, em função das variáveis sexo e idade, e outra que revela a inexistência da influência dessas variáveis na avaliação da desonestidade acadêmica. O resultado encontrado neste estudo corrobora parcialmente com as duas linhas de pesquisa, pois houve diferenças estatisticamente significativas na avaliação da desonestidade acadêmica pelos discentes e docentes nas situações de plágio e de similaridades em pesquisas e nas demais situações não. Desse modo, os resultados vão ao encontro dos achados de Matos et al. (2018) e de Moura (2018).

Os resultados deste estudo indicam a inexistência de diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica pelos discentes do mestrado e do doutorado, pois a diferença estatisticamente significativa apresentou-se, unicamente, na situação de plágio. Dessa forma, o curso de pós-graduação (mestrado ou doutorado) parece não influenciar na avaliação da desonestidade acadêmica pelos discentes. Portanto, o resultado deste estudo contraria, parcialmente, a pesquisa de Nejati, Ismail e Shafaei (2011), que identificaram um comportamento menos ético relacionado ao plágio nos alunos de doutorado. Não foram localizados, nas bases pesquisadas, demais estudos com abordagem semelhante, o que dificulta comparações e análises adicionais. Assim, novas pesquisas precisam ser desenvolvidas acerca do plágio no mestrado e no doutorado, para conclusões mais aprofundadas.

Por fim, os resultados indicam que inexistem diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes considerando-se o tipo de vínculo institucional (IES pública ou privada). Em outras palavras, não é possível afirmar que o tipo de vínculo institucional possa influenciar as avaliações de discentes e docentes acerca da desonestidade acadêmica, porém, no grupo dos discentes houve diferenças de avaliação nas situações de cola/fraude e plágio. Esse resultado é condizente, parcialmente, com a pesquisa de Brown e Choong (2003), que não apresentou diferenças na participação em comportamentos antiéticos de discentes das instituições pública ou privada e religiosa.

Os resultados da presente pesquisa apontam que as variáveis do estudo como sexo, idade, curso de vínculo dos discentes (mestrado ou doutorado) e tipo de vínculo institucional (IES pública ou privada) apresentam indícios de diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica, seja de discentes ou docentes, em determinadas situações, como fraude/cola, plágio e similaridades em pesquisa. Dessa forma, embora as hipóteses tenham sido rejeitadas, existe um indicativo da necessidade de aprofundar os estudos nessa temática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica por discentes e docentes na pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no Brasil relacionadas às variáveis demográficas, como sexo, idade, curso de vínculo dos discentes e instituição de vínculo.

Observou-se que os resultados dos estudos relativos ao sexo não seguem a mesma linha, pois, apesar de indicarem a existência de diferenças na avaliação da desonestidade acadêmica (GALLANT; BINKIN; DONOHUE, 2015; MOLNAR, 2015; MOLNAR; KLETKE, 2012; TIBBETTS, 1999), outros estudos como o de Matos et al. (2018) e Moura (2018), não encontram diferenças significativas que levassem à mesma conclusão. Dessa forma, este estudo está alinhado parcialmente, com os resultados de Matos et al. (2018) e Moura (2018), nos quais a variável sexo não interferiram na avaliação de comportamentos desonestos.

Para os docentes, o fato de encontrar diferenças nas avaliações na variável sexo, apenas na situação 6-A (similaridades em pesquisa), a um nível de significância de 10%, pode indicar uma mudança na percepção entre homens e mulheres. As variáveis explicativas vergonha e baixo autocontrole, encontradas por Tibbetts (1999), para explicar as diferenças encontradas entre os sexos, podem não ter mais validade. Possivelmente, uma explicação para essa mudança é a evolução e as conquistas realizadas pelas mulheres, que buscam, constantemente, quebrar as barreiras e diferenças que foram construídas entre homens e mulheres. Naturalmente, todo esse movimento também pode interferir na percepção masculina, o que levaria à inexistência de diferenças nas avaliações da desonestidade acadêmica em função do sexo.

Para os discentes, os resultados indicaram interferência, na avaliação da desonestidade acadêmica, das variáveis: idade, apenas na situação de plágio; curso de vínculo (mestrado ou doutorado), apenas na situação de similaridades em pesquisa, e tipo de vínculo institucional (IES pública ou privada), nas situações de fraude/cola

e plágio. Esses resultados são condizentes com os estudos de Matos et al. (2018), Nejati, Ismail e Shafaei (2011) e Molnar (2015), que encontraram relação entre a desonestidade acadêmica e as variáveis sexo, idade e instituição de ensino, se pública ou privada. A explicação provável é que existem outras variáveis que podem estar mais relacionadas às práticas desonestas, como por exemplo, tempo disponível para estudos e pressão por publicações, sendo que esta última pode alcançar discentes ou docentes.

A presente pesquisa apresentou como limitação a amostra. Em função desta limitação, estes resultados não devem ser extrapolados para a população, mas não perdem sua relevância. Os resultados da presente pesquisa podem nortear futuros estudos empreendidos na área, por exemplo: identificar outros fatores que podem influenciar a desonestidade acadêmica como *stress*, sobrecarga de trabalhos e pesquisas, pressão do docente nas disciplinas, metodologias e didáticas de ensino utilizadas pelo docente, pressão por publicação para discentes e docentes, a existência ou não de regras claras nos programas de pós-graduação e, finalmente, a necessidade de conciliar a pós-graduação, a vida profissional e a vida pessoal. A utilização de uma abordagem mista (quanti e quali) também pode dar profundidade às análises, assim, fica a recomendação aos pesquisadores da possibilidade de exploração de abordagens mistas em pesquisas futuras para reunir evidências mais robustas.

REFERÊNCIAS

BROWN, B. S.; CHOONG, P. A. Comparison of Academic Dishonesty among Business Students in a Public and Private Catholic University. *Journal of Research on Christian Education*, v. 12, n. 1, p. 27–48, 2003. <https://doi.org/10.1080/10656210309484942>

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Indicadores GEOCAPES – Sistemas de Informações Georreferenciadas**, 2018. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 7 out. 2018.

FERREIRA, S. M. S. P. et al. **Percepções dos**

alunos pós-graduandos da USP sobre a ocorrência de plágio em trabalhos. Relatório de Pesquisa SIBiUSP e Pró-Reitoria de Pós-Graduação, dez. 2013. Disponível em: https://areatecnica.aguia.usp.br/images/e/e7/Perc_ep%c3%a7%c3%b5es_Plagio_Pos_Graduandos_USP_Documento_final.pdf. Acesso em: 7 out. 2018.

FRÓES, R. C. **Desonestidade acadêmica nos programas de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis.** 2020. 121f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil, 2020.

GALLANT, T. B.; BINKIN, N.; DONOHUE, M. Students at Risk for Being Reported for Cheating. **Journal of Academic Ethics**, v. 13, n. 3, p. 217–228, 2015. <https://doi.org/10.1007/s10805-015-9235-5>

KISAMORE, J. L.; STONE, T. H.; JAWAHAR, I. M. Academic integrity: The relationship between individual and situational factors on misconduct contemplations. **Journal of Business Ethics**, v. 75, n. 4, p. 381–394, 2007. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9260-9>

KROKOSCZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 745–770, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300011>

MATOS, P. A. V. C. et al. A cola na escola de negócios e sua relação com a Síndrome do Impostor. **CPA - Caderno Profissional de Administração - UNIMEP**, v. 8, n. 2, p. 1–19, 2018.

MATTHIENSEN, A. **Uso do Coeficiente Alfa de Cronbach em Avaliações por Questionários.** Boa Vista: Embrapa Roraima, 2011.

MCCABE, D. L. ;; TREVINO, L. K. Academic Dishonesty: Honor Codes and Other Contextual Influences. **Journal of Higher Education**, v. 64, n. 5, p. 522–538, 1993. <https://doi.org/10.1080/00221546.1993.11778446>

MOLNAR, K. K. Students' Perceptions of Academic Dishonesty: A Nine-Year Study from 2005 to 2013. **Journal of Academic Ethics**, v. 13, n. 2, p. 135–150, 2015. <https://doi.org/10.1007/s10805-015-9231-9>

MOLNAR, K. K.; KLETKE, M. G. Does the Type of Cheating Influence Undergraduate Students' Perceptions of Cheating? **Journal of Academic Ethics**, v. 10, n. 3, p. 201–212, 2012. <https://doi.org/10.1007/s10805-012-9164-5>

MOURA, I. D. P. **Variáveis que impactam na desonestidade acadêmica: um estudo com estudantes de Ciências Contábeis.** 2018. 74f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, 2018.

NEJATI, M.; ISMAIL, S.; SHAFAEI, A. Students' Unethical Behaviour: Insights from an African Country. **Global Business and Management Research: An International Journal**, v. 3, n. 3-4, p. 276–295, 2011.

OLIVEIRA, A. C. L. *et al.* Percepção dos discentes e docentes acerca da honestidade acadêmica em um curso de Ciências Contábeis. **E&G - Revista Economia e Gestão**, v. 14, n. 34, p. 86–116, 2014. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2014v14n34p86>

OLIVEIRA NETO, J. D.; CHACAROLLI JÚNIOR, O. A visão da honestidade acadêmica de professores e alunos de um curso superior em Contabilidade. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 4, p. 324-339, 2013.

PAVELA, G. Judicial review of academic decision-making after Horowitz. **Nolpe School Law Journal**, v. 8, n. 1, p. 55–75, 1978.

PAVELA, G. Applying the Power of Association on Campus: A Model Code of Academic Integrity. **Journal of College and University Law**, v. 24, n. 1, p. 97-119, 1997.

PIMENTA, M. A. A. Fraude em avaliações na visão de professores e de estudantes: uma reflexão sobre formação profissional e ética. **RPD – Revista Profissão Docente**, v. 10, n. 22, p. 124–138, 2010. <https://doi.org/10.31496/rpd.v10i22.187>

SANCHEZ, O. P.; INNARELLI, P. B. Desonestidade acadêmica, plágio e ética. **GV-Executivo**, v. 11, n. 1, p. 46–49, 2012.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, p. 357–414, 2008.

SIMON, C. A. . et al. Gender, student perceptions, institutional commitments and academic dishonesty: Who reports in academic dishonesty cases? **Assessment and Evaluation in Higher Education**, v. 29, n. 1, p. 75–90, 2004. <https://doi.org/10.1080/0260293032000158171>

SOUSA, R. N. et al. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Revista Bioética**, v. 24, n. 3, p. 459–468, 2016. <https://doi.org/10.1590/1983-80422016243145>

STOEZ, B. M.; YUDINTSEVA, A. Effectiveness of tutorials for promoting educational integrity: A synthesis paper. **International Journal for Educational Integrity**, v. 14, n. 6, p. 1-22, 2018. <https://doi.org/10.1007/s40979-018-0030-0>

TIBBETTS, S. G. Differences between Women and Men regarding Decisions to Commit Test Cheating. **Research in Higher Education**, v. 40, n. 3, p. 323–342, 1999.

TIBBETTS, S. G.; HERZ, D. C. Gender differences in factors of social control and rational choice. **Deviant Behavior**, v. 17, n. 2, p. 183–208, 1996. <https://doi.org/10.1023/A:1018751100990>

TORRESI, S. I. C.; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F. Fraudes, plágios e currículos. **Química Nova**, v. 32, n. 6, p. 1371-, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422009000600001>

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M. et al. Cola, Plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: Um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação em área de negócios. **RAM Rev. Adm. Mackenzie**, v. 15, n. 1, p. 73–97, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712014000100004>

Endereço das Autoras:

Av. Rui Braga, S/N
Vila Mauricéia
Montes Claros – MG – Brasil
39401-089